



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638455 - BA (2021/0000901-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : UBIRATAN QUEIROZ DUARTE
ADVOGADO : UBIRATAN QUEIROZ DUARTE - BA010587
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : GILMAR SANTOS DE JESUS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GILMAR SANTOS DE JESUS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (*Habeas Corpus* n. 8031498-65.2020.8.05.0000).

O paciente, preso cautelarmente desde 7/9/2019, foi denunciado pela prática em tese dos crimes previstos no art. 121, § 2º, IV, e no art. 121, IV, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal, em concurso formal.

O impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva por excesso de prazo derivado de inércia judicial.

Alega, ademais, a inidoneidade dos motivos da custódia cautelar.

Requer, liminarmente, a liberdade provisória do paciente com a imediata expedição do alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão uma vez que a decisão relativa à prisão preventiva foi exarada de forma fundamentada com base nos elementos constantes nos autos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente